CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 2021

BASES PROGRAMÁTICAS

MANUEL CASTELO-BRANCO

Politécnico
de Coimbra

CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DO POLITÉCNICO DE COIMBRA

BASES PROGRAMÁTICAS

Cara Senhora Presidente do Conselho Geral
Caros membros do Conselho Geral

1. INTRODUÇÃO

1.1 Uma visão política do Ensino Público.

Ao apresentar uma candidatura a Presidente do Politécnico de Coimbra cumpre-nos, ainda que de modo breve, tornar clara a pessoal leitura do dever ser do Ensino Público em finais do primeiro quartel do século XXI.

A qualificação da educação como *bem público* constitui, para nós, a marca de água de um autêntico Estado de Direito democrático fundado no princípio da igualdade.

Em consequência, entendemos que o Ensino Superior Público, como, aliás, todo o ensino estadual, deve ser fornecido *gratuitamente* e financiado, em exclusivo, por via fiscal. Até porque, num Estado Fiscal, como o português, a legitimidade política da tributação é função do grau de produção estadual de bens e serviços públicos. Ou seja: o Estado Fiscal só é legítimo se, e enquanto, se realizar como Estado Social.

A Educação, ao lado da Saúde e da Segurança Social, constitui a pedra angular de um autêntico Estado Social.

A existência de um sólido sistema público de ensino, universal, gratuito e de elevada qualidade constitui para *Thomas Piketty* [1] uma condição necessária ao desenvolvimento económico das nações, por permitir, mais que uma igualdade de oportunidades, uma real *igualdade de resultados*.

---

[1] Thomas Piketty, O Capital no século XXI, 2014, Temas e Debates. A defesa de *propinas zero* representa a consequência lógica de sistemas nacionais de educação integralmente financiados pelos orçamentos estatais.

Piketty pensa, em primeira linha, nos territórios nacionais, e nos mecanismos de, em época de globalização, os países mais pobres escaparem ao círculo infernal da carência económica e social e ao vasto manto de desigualdades que lhe vem associado.

A Educação, ao lado da Saúde, aparece, para o economista francês, como a pedra de toque da riqueza das nações, das cidades, dos territórios.

O exemplo da Suécia, com o seu programa público de alfabetização das crianças nos alvores do século XX, é, a este título, exemplar. País pobre, destinado a fornecer mão de obra barata ao seu vizinho dinamarquês – o que funda um pouco conhecido, mas real, racismo económico nórdico -, a Suécia demorará, ainda assim, décadas a sair do seu atraso de desenvolvimento, sendo, para tal, decisiva a decisão de adesão ao plano Marshall.

A circunstância, contudo, de possuir, no pós-guerra, uma população há várias gerações letrada, instruída e culta foi, de modo seguro, uma das chaves do extraordinário salto de bem-estar económico desse país escandinavo.

O caso sueco demonstra a absoluta necessidade da produção e fornecimento pelo Estado, em ordem a construir as bases de um desenvolvimento, de uma riqueza e de um bem-estar consistentes e duradouros, de uma rede educativa pública universal e gratuita, tanto ao nível do ensino elementar e básico, como ao nível do ensino secundário e pós-secundário, universitário ou politécnico.

Sejamos claros: apenas a consideração da educação como bem público, como trave mestra do Estado Social, permite erigir as fundações de uma riqueza sustentável no plano territorial do Estado Nação. Houvesse ainda dúvidas, bastaria chamar à colação, entre outros, o caso francês, o alemão, o holandês, o belga, até o espanhol.

Não por acaso, não é esse o modelo que encontramos na híper capitalista América pós reaganiana. Aí, com o intencional subfinanciamento crónico dos serviços públicos de educação, conjugado, ademais, com o desvio de verbas públicas para instituições privadas de fim lucrativo, o ensino tornou-se marca de privilégio e de reprodução de privilégios de uma casta económica, social e, logo, política: o um por cento dos hiper-ricos que, como repetidamente vem

denunciando o Nobel da Economia *Joseph Stiglitz*[2], capturou a democracia norte-americana, transmudando-a em plutocracia, quando não cleptocracia – o governo do um por cento dos hiper-ricos, pelo um por cento dos hiper-ricos, para o um por cento dos hiper-ricos.

Além da insuportável cegueira moral de que padece, apontada por *Zygmunt Bauman*, este americano estado das coisas, com a intolerável desigualdade que implica, ainda na lição de *Stiglitz* é apontado como fonte de diminuição da competitividade, da produtividade, do rendimento e da riqueza dos Estados Unidos, bem como do persistente declínio, nos últimos 40 anos, de uma classe média antes incensada como prova do dinamismo económico e da mobilidade social de um *american dream* cada vez mais uma memória remota ou mitologia retórica.

Acontece que, nos últimos 30 anos, após a queda do muro de Berlim, por força do domínio global dos modelos neoliberais de matriz anglo-saxónica, na Europa e em Portugal, o sistema público de Ensino Superior foi sendo contaminado por imperativos de concorrência mercantil, de natureza ideológica.

Desse modo, foi progressiva e insidiosamente transformado num bem semi-público, pela exigência de preços de frequência – as propinas – e pela necessidade, causada pelo crónico e crescente subfinanciamento estadual, de buscar meios alternativos de financiamento, em regra pela oferta de serviços.

Esta tendência, denunciada por *Zygmunt Bauman*[3], torna o Ensino Superior, nos seus objetivos, nas suas políticas e nos seus conteúdos, refém dos caprichos e das modas de curto prazo dos mercados[4].

Não negamos a ligação dialógica do Ensino Superior ao concreto e real mundo da vida. Nem defendemos o seu regresso a altivas e isoladas torres de marfim.

---

[2] Joseph E. Stiglitz, O Preço da Desigualdade, 2016, Bertrand Editora.

[3] Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis, Cegueira Moral, 2016, Relógio d'Água.

[4] E enclausura-o numa lógica puramente produtivista de "fábrica" de servos do capital, como há longo tempo denunciou Emmanuel Mounier, e, mais recentemente, Byung Chul Han.

Mas recusamos a redução do Ensino Superior a puro instrumento utilitário ao serviço de impessoais poderes fácticos, económicos, sociais ou outros.

Antes do mercado está a liberdade humana. Também liberdade de ensinar, de aprender, de estudar, de refletir. De pensar. Com tempo. Com lentidão. Na duração.

É essa liberdade a marca de água do conhecimento como contra-poder. A marca de água de uma sabedoria prática irredutível a vínculos produtivistas. A única que permite a construção de uma *affluent society*[5] justa e igualitária.

A liberdade de Galileu. De Ortega y Gasset e de Miguel de Unamuno. E, de igual modo, a liberdade dos estudantes de Lisboa, em 62. Dos estudantes de Paris e de Berkeley, em 68. E a liberdade dos estudantes de Coimbra, em 69.

1.2 **Uma visão do Ensino Superior. Crítica do sistema dual.**

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – RJIES, no seu artigo 3º, afirma a natureza binária do sistema de ensino superior, devendo o ensino universitário, nos termos do nº 1 desse normativo, orientar-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e devendo o ensino politécnico, ainda nos termos do nº 1 desse normativo, concentrar-se em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

O artigo 6.º do RJIES, por seu turno, considera as universidades e os institutos universitários como instituições de ensino universitário, qualificando-as como instituições orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental.[6]

O Artigo 7.º do RJIES, finalmente, considera os institutos politécnicos como instituições orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional,

---

[5] John Kenneth Galbraith, A Sociedade da Abundância, Publicações Europa-América.

[6] Rezando o nº 2 de tal normativo que "as universidades e os institutos universitários conferem os graus de licenciado, mestre e doutor".

através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.[7]

Não pode causar senão espanto, após Bolonha, os termos em que a distinção, completamente artificiosa, e tributária de um mal disfarçado passadismo classista, é efetuada.

Na verdade, antes de mais, e decisivamente, Bolonha estabelece uma *definição una* de Ensino Superior, qualificando como merecedor de tal estado toda e qualquer formação pós-secundária de duração igual ou superior a 3 anos.

Depois, convém recordar que Bolonha não teve como objetivo primeiro, nem segundo, elevar a qualidade do ensino ministrado. Antes, em abono da verdade, a reduziu, pela compressão temporal dos períodos, e programas, letivos.

Bolonha foi, tão só, uma exigência do princípio da livre circulação intracomunitária do fator de produção trabalho, e uma consequência da normatividade europeia, depois transposta para os ordenamentos jurídicos nacionais, referente ao reconhecimento e equivalência, ordenado a tal livre circulação, de graus académicos.

Por outro lado, com Bolonha, e com o RJIES, existe uma perfeita homologia dos graus – licenciatura e mestrado[8] – conferidos pelas universidades e pelos politécnicos. Como existe, além da afinidade estatutária das carreiras,[9] uma homologia dos critérios de avaliação e de acreditação das instituições e dos ciclos de estudos[10].

São de natureza substancial e material, no entanto, os nossos maiores reparos.

---

[7] Rezando o nº 2 de tal normativo que "as instituições de ensino politécnico conferem os graus de licenciado e de mestre".

[8] A vantagem concedida pelo RJIES às universidades quanto ao grau de doutor, atenta a qualificação do corpo docente dos politécnicos, por um lado, e a homologia dos critérios de avaliação e de acreditação das instituições e dos ciclos de estudos, por outro, não pode senão significar a sobrevivência tardia do descrito passadismo classista do legislador, e dos interesses particulares que protege.

[9] Afinidade, mas não identidade, persistindo injustificado e injustificável tratamento discriminatório, nomeadamente no que toca aos limites horários dos docentes, na carreia politécnica.

[10] O que levanta a questão, em particular no que toca às exigências em matéria de investigação, da legalidade dos critérios, procedimentos e conclusões dos processos de avaliação e acreditação das instituições politécnicas.

De acordo com a distinção legal, o *decair universitário das escolas politécnicas* - enquanto instituições não raro orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental - e o simétrico *decair politécnico das escolas universitárias* - enquanto instituições não raro orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental - é uma constante.

Vinculou-se o legislador, cremos, ao criar artificialmente um sistema dual, a uma ultrapassada distinção entre os conceitos de ciência pura e de ciência aplicada, ignorando, ou esquecendo, ou não se querendo lembrar, que toda a ciência pura tem uma vocação de aplicação, técnica, social ou outra.

Não há ciência pura que não decaia em ciência aplicada.

A não ser que o legislador tenha querido reservar a qualificação universitária para as clássicas Humanidades.

E, mesmo aí, não tem a Filosofia, por exemplo, enquanto ética primeira, uma vocação reguladora de condutas pessoais e comunitárias?

Para já não falar do caso do Direito, da Medicina, das Engenharias, da Arquitetura, da Economia, da Física, da Farmácia, da Bioquímica, tudo disciplinas politécnicas, na arcaica, mas não inocente, formulação do RJIES.

2. LINHAS DE ACÇÃO

2.1 A integração na Universidade de Coimbra.

Todas as Escolas do Politécnico de Coimbra alcançaram, nos dois últimos decénios, uma marca de qualidade, um estatuto reputacional, um valor simbólico e um prestígio social dignos de nota, levando-as a vingar com sucesso no dificílimo e concorrencial mercado da oferta académica, pública e particular, ultrapassando, com pleno êxito, as barreiras - legais [11], orçamentais e de injusto preconceito - que constituem severas desvantagens competitivas.

Sinal dessa marca, dessa reputação, desse valor e desse prestígio é, por um lado, a circunstância de as Escolas, a nível da atração de estudantes, serem marcadamente nacionais[12], com procura de alunos com origem em todo o território continental e regiões autónomas, projetando-se, desse modo, muito além das suas fronteiras locais e regionais[13].

Sinal dessa marca, dessa reputação, desse valor e desse prestígio é, por outro lado, o reconhecimento público, institucional e administrativo[14] da excelência dos cursos e dos graus ministrados e atribuídos nas e pelas Escolas do Politécnico de Coimbra.

Sinal dessa marca, dessa reputação, desse valor e desse prestígio é, ainda, a elevada, procurada e regular presença e interação dos docentes e investigadores das Escolas do Politécnico de Coimbra[15] em Universidades, Centros de Investigação e Laboratórios, nacionais e estrangeiros,

---

[11] Como exemplo de injustificadas barreiras legais encontramos o tratamento discriminatório ainda persistente em alguns pontos do RJIES, como, de modo escandaloso, as dificuldades atuais em matéria de concessão do grau de doutor.

[12] E num percurso sólido da atração internacional de alunos, particularmente de estudantes vindos dos países de língua portuguesa.

[13] E isto num quadro de oferta regional contígua muito forte e dinâmica. Na verdade, regionalmente, as Escolas do Politécnico de Coimbra estão "cercadas" e "sombreadas" pelas Universidades de Aveiro e da Beira Interior, e pelos Politécnicos de Viseu, da Guarda, de Castelo Branco, de Leiria, de Tomar e de Santarém.

[14] Como a contínua acreditação e validação de tais cursos pelo Regulador, A3ES, demonstra à saciedade.

[15] O processo de elevadíssima qualificação dos docentes das Escolas do Politécnico de Coimbra, pela aquisição dos títulos de Doutor e de Especialista, constitui, seguramente, um dos mais impressivos e marcantes sucessos da instituição.

em total plano de igualdade científica e académica, e com contributo decisivo nas tarefas, trabalhos e projetos desenvolvidos.

Sinal dessa marca, dessa reputação, desse valor e desse prestígio é, de igual modo, o sucesso dos diplomados das Escolas nos mercados de trabalho, privados e públicos; o sucesso dos diplomados das Escolas nas empresas que constituem e que administram; o sucesso dos diplomados das Escolas nas profissões e atividades independentes que elegem como destino de vida.

Sinal dessa marca, dessa reputação, desse valor e desse prestígio é, enfim, a privilegiada rede relacional das Escolas do Politécnico de Coimbra com o mundo da vida e da economia, pelas entrelaçadas teias de colaboração, de cooperação e de incrustação com e nos universos e tecidos empresariais, associativos e institucionais, a nível local, regional, nacional e internacional.

Apenas a afirmação dessa marca de qualidade, desse estatuto reputacional, desse valor de mercado e desse prestígio social permitiu, e permite, às Escolas do Politécnico de Coimbra, ultrapassar a desvalorização simbólica que, em Portugal, continua a anatemizar o subsistema politécnico e, enfrentar, no mesmo plano, sem infundados temores e sem quixotescas sobrancerias, a sombra concorrencial das escolas da Universidade de Coimbra e das demais instituições de ensino superior da Região Centro.

Isto possibilita, sobretudo, o lançar à pluricentenária Universidade de Coimbra, uma das mais antigas e prestigiadas universidades do mundo, a irrecusável proposta de integração das seis relevantíssimas Escolas[16] atualmente abrigadas e federadas[17], do ponto de vista jurídico e organizacional, no Politécnico de Coimbra.

---

[16] Ademais, com ensinos complementares, antes que concorrenciais.

[17] Cumpre recordar que, em Coimbra - contrariamente ao que acontece com os demais Politécnicos do país, com a exceção do Porto e de Lisboa - as Escolas e Institutos têm uma existência histórica pré-existente ao Politécnico, que, nessa medida, representa, na prática, uma entidade de natureza federativa, relativamente recente, e que toma emprestado às Escolas e Institutos, muitos deles centenários ou quase centenários, o valor simbólico e o prestígio social.

Esta integração, legalmente admitida[18] pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), beneficiará dos ensinamentos, e do êxito total, dos casos paralelos da Universidade de Aveiro, da Universidade do Algarve, da Universidade da Madeira, da Universidade dos Açores, da Universidade do Minho,[19] da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Universidade de Évora, sete universidades públicas que compreendem, em total harmonia e em absoluto estatuto de igualdade, escolas universitárias e escolas politécnicas.

Tal proposta de integração assenta, irrenunciavelmente, no desenhar de um *processo negocial gradualista, dialógico e igualitário*, plenamente *consensualizado* entre as duas instituições, com participação, por inteiro, de todas as Escolas do Politécnico de Coimbra na definição do modo, do alcance e dos limites da sua integração.

O processo negocial conducente à integração terá, pois, como requisito prévio, o *diálogo interno* com todas as Escolas do Politécnico de Coimbra, em ordem à total consideração dos seus desejos, expectativas e projetos: as posições que o Politécnico de Coimbra defenderá nessas negociações resultarão, em absoluto, das manifestações de interesse definidas por cada uma das Escolas.

Sendo que, uma vez alcançada, a integração na Universidade de Coimbra *não implicará qualquer perda identitária*, nem qualquer modificação da realidade, da natureza, e da autonomia das Escolas do Politécnico, que continuarão, com plena liberdade, e enraizadas no seu prestígio e na sua história, a rasgar o seu horizonte e a construir o seu destino.

Sendo evidentes, por outro lado, para todas as Escolas do Politécnico[20], os *ganhos imediatos de uma integração mínima na Universidade de Coimbra*: vantagens simbólicas, de escala, de oportunidades, de redes, de universos, de infraestruturas físicas, humanas e relacionais.

---

[18] Pelo nº 6 do artigo 13º do RJIES.

[19] Desde 2004 que está Integrada na Universidade do Minho a Escola Superior de Enfermagem, unidade orgânica de ensino e investigação de natureza politécnica. Muito recentemente, Daniel Campelo, antigo presidente da Câmara de Ponte de Lima, veio a terreiro defender a integração na Universidade do Minho das seis escolas do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

[20] Verdade paralela, aliás, para todas as faculdades da Universidade.

Avançando a Universidade de Coimbra e o Politécnico de Coimbra para um processo de progressiva integração das duas instituições, os docentes, os estudantes e os funcionários de ambas passarão a beneficiar, de imediato, *em pé de igualdade*, da possibilidade de acesso e uso de toda a infraestrutura física, humana e relacional da Universidade e do Politécnico,[21] partilhando recursos pedagógicos, projetos científicos, laboratórios e centros de investigação, parcerias externas e relações internacionais, bem como equipamentos, serviços e instalações sociais, culturais, artísticas, desportivas e de lazer.

A equiparação no acesso aos instrumentos sociais, culturais e desportivos, em particular, constituirá uma enorme vantagem para os alunos do Politécnico, pela possibilidade de acederem a apoios muito superiores aos atualmente oferecidos.

O novo espírito de cooperação e de integração possibilitará, assim, que os estudantes das Escolas do Politécnico passem a ter um acesso equivalente ao Estádio Universitário e que participem nas festividades académicas, como o cortejo da Queima das Fitas, em plena igualdade de condições com os alunos das faculdades.

Acima de tudo, é relevantíssimo o potencial estratégico - nos planos científico, político, social, económico e de desenvolvimento regional – da conjugação de esforços das duas instituições.

Coimbra passará a ter a *segunda maior instituição nacional de ensino superior*, apenas ultrapassada em número de estudantes pela nova Universidade de Lisboa, a qual resulta da pioneira fusão da Universidade "Clássica" de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa.

Um processo e uma oportunidade de importância tal – não apenas para Coimbra, mas, sobretudo, para a competitividade do território que vai da Figueira da Foz à Beira Alta e à Beira Baixa – não deixará de contar, estamos certos, com o apoio ativo, que buscaremos, da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, do Conselho Empresarial do Centro – CEC, bem como das demais entidades e forças vivas da região.

---

[21] Para nós, este constitui o único caminho com futuro para as duas grandes organizações de ensino superior público de Coimbra: dialogarem, colaborarem, cooperarem, terem projetos em comum e, assim, beneficiarem mutuamente da afirmação dessa marca única e extraordinária que é "Coimbra, cidade do conhecimento'".

Como contará, estamos certos – atenta a dimensão nacional do projeto, sublinhada por um quadro constitucional e político, também a nível europeu, de apologia da descentralização e da dinâmica económica das regiões – com o conforto pleno das instâncias de Governo.

2.2 Levar a sério a Ação Social: uma "revolução" social.

No quadro de um Estado Social de Direito, a solicitude social, além de representar um dever legal [22] de cuidado constitucionalmente exigido ao Estado e às Instituições de Ensino Público, assume a natureza de inultrapassável imperativo ético e antropológico[23].

Recusamos, nesta sede, os simulacros de bondade da caridade assistencial e da caridade espetáculo[24].

Como recusamos, do mesmo modo, os modelos neutros e as práticas impessoais e burocráticas da caridade institucional.

Buscamos um modelo e uma prática de solicitude e cuidado *face a face*, atenta à *concreta e singular circunstância pessoal e existencial* do aluno[25]. Um modelo e uma prática ancorados numa visão das prestações de solicitude como imperativos de um *direito ao cuidado* colocado pelas exigências da *igualdade*, não apenas de *oportunidades*, mas também de *resultados*.[26]

---

[22] Dever legal claramente colocado pelos artigos 20º e 128º do RJIES.

[23] O que significa que a ação social deve constituir, e constituirá para nós, missão primeira.

[24] Na linha da crítica à ética como moda, à ética como espetáculo e à ética como mercado desenvolvida por *Gilles Lipovetsky*, no quadro da sua crítica mais ampla ao hiperindividualismo do capitalismo contemporâneo.

[25] E dos funcionários docentes e não docentes, deixados de fora da obrigação legal, mas não do imperativo ético-antropológico.

[26] Acompanhamos o pensamento filosófico e político de Ronald Dworkin, apresentado em *Taking Rights Seriously*.

Numa palavra, é a *ética do rosto* do outro, de *Emannuel Levinas*[27] que, para nós, nesta sede, constituirá o *critério* político de gestão[28].

Nenhum aluno do Politécnico de Coimbra pode viver no limiar da pobreza. Nenhum aluno do Politécnico de Coimbra pode abandonar a sua Escola por falta de recursos. Nenhum aluno pode deixar de aceder ou de frequentar uma Escola do Politécnico de Coimbra por falta de meios[29].

Fundar a ação social numa ética de solicitude e de concreto cuidado face a face implica as seguintes *consequências* em matérias de políticas a desenvolver:

a) *Princípio geral de ação*: ultrapassar o *estado atual de prestação mínima* em sede de bolsas, de auxílios de emergência, de alojamento, de alimentação, de serviços de saúde, de *taschengeld* (dinheiro de bolso)[30], de desporto e de cultura.

b) *Inaceitabilidade da resposta atual em matéria de camas:* menos de 400, nas residências do Politécnico de Coimbra, para mais de 11 000 alunos. (1) Resposta imediata: multiplicar esse número, aumentando-as para 1 500, pelo estabelecimento de parcerias com entidades públicas (municípios de Coimbra e de Oliveira do Hospital), privadas (hotelaria local e investidores imobiliários) e outras (diocese, ordens religiosas, instituições sociais), de modo a alcançar alojamento a custo controlado. (2) Resposta mediata: encetar todas as diligências possíveis, e necessárias, ao reforço da dotação orçamental global do Politécnico de Coimbra, em ordem à construção de novas residências estudantis.

---

[27] Emannuel Levinas, Ética e infinito, edições 70. É neste sentido que lemos Ruy Belo, em Aquele Grande Rio Eufrates: "ter cara é uma responsabilidade enorme".

[28] A situação de vida no limiar da pobreza de muitos estudantes do Politécnico de Coimbra é real. E intolerável. Uns, porque vindos de países de língua portuguesa, com impedimento legal, em matéria de vistos de entrada e de autorização de residência, de celebração de contratos de trabalho que lhes permitam suprir situações de carência. Outros porque, apesar de serem bolseiros, os montantes atribuídos, em função da situação fiscal do agregado familiar, não são adequados. Outros ainda, porque, não tendo condições de elegibilidade legal para receberem bolsas, vivem, de facto, numa grande privação de recursos.

[29] A pandemia, na verdade, colocou a ação social na primeiríssima linha das condições de acesso e de frequência do ensino superior.

[30] O dinheiro de bolso indispensável para a frequência normal do ensino superior, nestes alvores de um século XXI marcado por uma sociedade de hiperconsumo, deve assegurar a possibilidade económica de o aluno minimamente participar nas atividades culturais, sociais e de lazer próprias da sua geração.

c) *Inaceitabilidade da resposta atual em matéria de cantinas*: desinvestimento do Politécnico de Coimbra, com perda de duas cantinas (Agrária e Cortiços) nos últimos anos. Persistente défice de qualidade das refeições. Respostas imediatas:(1) Reabilitação e requalificação completa das cantinas da Escola Superior de Educação - ESEC e da cantina situada no campus de Bencanta[31]. (2) Definição de um plano de otimização dos processos de aprovisionamento e de controlo da qualidade apto a garantir a excelência das refeições oferecidas[32].

d) *Inaceitabilidade da resposta atual em matéria de acompanhamento pessoal e existencial e de serviços e estruturas de saúde*: para mais de 11 000 alunos, o Politécnico tem, tão só, 3 psicólogos e 5 assistentes sociais. Não dispõe de qualquer sistema, direto ou indireto de acompanhamento da saúde. Respostas imediatas: (1) reforço do quadro de pessoal dos Serviços de Ação Social - SAS[33], nesta sede, duplicando-o[34], no mínimo. (2) Alargamento do campo de trabalho e do leque de deveres funcionais dos SAS, pela assunção de responsabilidades, e pelo levantar de atividades, em matéria de pedagogia do problema das adições, das desigualdades e violências de género, do racismo, da xenofobia, do ambiente e da exploração laboral[35]. (3) Constituição de um Observatório

---

[31] A situação da ESTGOH apresenta diferente configuração. Se, no imediato, nas atuais instalações, a oferta de uma cantina com condições físicas adequadas e com uma excelente qualidade alimentar representa uma prioridade indeclinável, a verdade é que, no futuro muito próximo, essa questão terá de ser conjugada com a da disponibilidade, pelo município, de um novíssimo espaço físico, apto a cumprir os critérios de dignidade, de conforto e de qualidade que o corpo de alunos, professores e funcionários bem merece, e que, ademais, o RJIES, no seu artigo 40º, exige.

[32] Com recurso à colaboração ativa das Escolas com conhecimento de excelência nas áreas da qualidade alimentar e da gastronomia: Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra – ESTESC, Escola Superior Agrária de Coimbra – ESAC e Escola Superior de Educação de Coimbra – ESEC.

[33] Com alocação, designadamente, dos ganhos resultantes do adiante proposto "emagrecimento" de gastos com os Serviços Centrais.

[34] Apenas com uma dotação de pessoas muito acima da atual é possível mudar, de modo radical, filosofias e práticas de ação: do estático e burocrático preenchimento de impessoais formulários para o mundo da vida real quotidiana de alunos de carne e osso. Que acontece nos corredores das escolas, nos alojamentos, nas cantinas, nos convívios, nos eventos desportivos e culturais. Apenas esse intrincar no mundo da vida de cada estudante permitirá o conhecimento, e, ainda assim, sempre incompleto, das suas, pessoais e intransmissíveis, necessidades e vulnerabilidades.

[35] Não podemos, nem queremos, colocar debaixo do tapete a circunstância de o sistema educativo constituir um dos mais poderosos instrumentos de socialização da ideologia das classes dominantes. Para o confirmar, não temos que desenterrar a modernização, por *Althusser* levada a cabo, da "falsa consciência" de Marx. Basta-nos seguir as insuspeitas lições, entre outros, de *Anthony Giddens* e de *Zygmunt Bauman*, para cristalinamente alcançar que, em Portugal, o pendor utilitarista do RJIES, visível,

das condições do trabalho estudantil, em ordem a monitorizar a real situação, e a autêntica via sacra, dos estudantes submetidos a contratos de trabalho a tempo parcial, providenciando-lhes, de igual modo, o aconselhamento e apoio jurídico [36] elementarmente necessários à efetiva defesa dos seus direitos. (5) Celebração de rede de parcerias com instituições de saúde de Coimbra[37] e de fora de Coimbra[38], em ordem a providenciar cuidados de saúde – v.g., consultas de medicina geral e familiar, consultas de especialidades hospitalares, exames complementares de diagnóstico - de qualidade e a custo reduzido. (6) Recriação da Clínica do Politécnico de Coimbra, em parceria com instituições de saúde da cidade, e convocando, de igual modo, o trabalho voluntário de profissionais de saúde[39], a qual funcionará como clínica-escola em ligação com a Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra - ESTESC, em ordem, de igual modo, a providenciar cuidados de saúde de qualidade, a preço reduzido ou sem custo, aos estudantes, funcionários e docentes da instituição.

e) *Inaceitabilidade da resposta atual em matéria de bolsas*: A resposta do sistema de bolsas DGES[40], de alcance limitado, ancorado num sistema probatório de natureza essencialmente fiscal, padece das inevitáveis distorções, e consequentes injustiças, decorrentes do desenho injusto desse próprio sistema fiscal. As respostas a essa insuficiência, sobretudo a adesão do Politécnico de Coimbra ao Fundo Solidário/NEXT do Instituto Justiça e Paz, ainda que importantes e louváveis, estão longe de suprir as necessidades reais[41], num contexto de uma sociedade de consumo do séc. XXI, de

---

nomeadamente, na ênfase dada ao financiamento do ensino superior por "prestação de serviços à comunidade", mais não traduz que a qualificação da educação como um aparelho ideológico do Estado neoliberal.

[36] Apoio e aconselhamento jurídico de primeira linha, a prestar pelos Serviços Jurídicos da Presidência.

[37] Tendo o Politécnico de Coimbra procura nacional de alunos e estando estes, por via de regra, inscritos nos centros de saúde do local de residência familiar, mais que se justifica a utilidade, e a necessidade, desta rede de parcerias.

[38] A procura nacional do Politécnico de Coimbra justifica, de igual modo, a extensão a todo o país da rede de parcerias em matéria de saúde.

[39] Voluntariado a procurar, sobretudo, em profissionais de saúde reformados.

[40] Em dez mil alunos que frequentam as Escolas do Politécnico de Coimbra neste ano letivo, 3.697 candidatara-se a bolsas de estudo. Ou seja, quase 40% dos estudantes pertencem a agregados familiares com rendimentos anuais inferiores a 8.962€/per capita.

[41] Apenas algumas dezenas de alunos beneficiando, de facto, do apoio do Fundo Solidário.

alunos com fragilidades e vulnerabilidades económicas. Fragilidades e vulnerabilidades agravadas, no contexto dos seus quadros familiares, pela persistência de uma crise económica iniciada em 2010, com a intervenção da Troika, e dramaticamente sublinhada com a presente pandemia. Assim, como resposta imediata às atuais insuficiências, e resposta imediatamente praticável[42], urge o estabelecimento intensivo de parcerias com fundações, grupos empresariais, instituições sociais e religiosas, municípios, clubes de Serviço, como os Rotários e os Lions, em ordem a reforçar, de modo significativo, o campo dos alunos beneficiários[43].

f) *Inaceitabilidade da resposta atual em matéria de desporto e cultura*: A oferta de equipamentos para a prática desportiva e cultural dos estudantes, funcionários e professores do Politécnico de Coimbra, ronda, por via de regra, o zero, frequentemente o menos que zero, e pontual e residualmente, o (um pouco) acima do zero[44]. Desta situação resulta a irreversível perda do imenso capital humano de alunos e funcionários, nestas áreas. Respostas imediatas: (1) reabilitação e cuidado continuado dos (poucos) equipamentos existentes. (2) Celebração intensiva de parcerias e protocolos com clubes, escolas e instituições da cidade e da região, para uso e utilização, a custo reduzido, de equipamentos desportivos, artísticos e culturais. (3) Real apoio material e humano às atividades, nestas áreas, promovidas pelas Associações de Estudantes[45]. (4) Definição de uma vice-presidência com os pelouros exclusivos do desporto e da cultura. Resposta mediata: ao lado de novos equipamentos desportivos de menor escala, lançar a construção de um Pavilhão Multiusos, financiado com verbas europeias[46] e concebido

---

[42] Mais demorada, mas inadiável, será a continua sensibilização política, a nível parlamentar e governamental, para reforço da dotação orçamental a alocar à ação social escolar e a outros apoios educativos.

[43] Reforço urgentíssimo, no quadro da crise sanitária, económica e social provocada a agravada pela pandemia Covid-19.

[44] Situação tanto mais grave quanto uma das escolas do Politécnico de Coimbra, a Escola Superior de Educação de Coimbra – ESEC, oferece licenciaturas em Desporto e Lazer, Arte e Design, Estudos Musicais e Teatro.

[45] O que, aliás, é injunção colocada pelo artigo 21º do RJIES.

[46] O financiamento da proposta "revolução social' será feito, desde logo, através dos ganhos resultantes do "emagrecimento" dos Serviços Centrais. Mas a captação profissionalizada de novas fontes de financiamento, como os de fundos europeus, representará o grosso do montante global.

para poder acolher eventos académicos, culturais, artísticos e científicos de maior dimensão.

2.3 Descentralização e subsidiariedade.

Em Coimbra, como no Porto e em Lisboa, mas contrariamente ao que acontece com os demais Politécnicos do país[47], o Politécnico representa, na prática, uma instância federativa de Escolas e Institutos com uma existência histórica pré-existente, muitos deles centenários ou quase centenários, Escolas e Institutos a quem toma de empréstimo o valor simbólico, a projeção das marcas e da imagem e o prestígio académico e social.

Este estado das coisas, por si, justificaria que a relação funcional intercedente entre as Escolas e os Serviços Centrais fosse marcada por políticas e práticas de *descentralização*, flexíveis e de geometria variável, ordenadas pela *subsidiariedade* como princípio orientador.

Não tem sido este, no entanto, o caminho seguido pela instituição, no último decénio em particular, com uma concentração sem precedentes de recursos humanos e de meios financeiros nos serviços centrais da presidência.

Esta tendência, que fez quase duplicar, nos últimos quatro anos, o orçamento e o quadro de pessoal dos serviços centrais, [48] além de ser fonte de entropias de funcionamento e de ineficiências de gestão, constitui um erro estratégico.

É nas Escolas e Institutos, e não nos serviços centrais da presidência, que se concentra o prestígio, a história, a reputação, o valor simbólico e de mercado do ensino e da ciência produzida no Politécnico de Coimbra. E são as Escolas e Institutos que atraem os estudantes e a procura de serviços externos.

---

[47] E contrariamente ao que acontece com a maior parte das escolas da Universidade de Coimbra.

[48] A presidência do Politécnico dispõe de um orçamento e de um quadro de pessoal maior que o da maioria das escolas e institutos. Assim, o orçamento dos serviços centrais, que representa 14% da dotação total da instituição, ultrapassa os 4 milhões de euros, sendo superior ao de todas as Escolas e Institutos, com exceção da ESEC e do ISEC. Por seu turno o quadro de pessoal dos serviços centrais ultrapassa, por larga margem o de todas as Escolas.

Na verdade, os serviços centrais da presidência não têm um único curso, não têm um único aluno, não têm um único docente, e não prestam um único serviço à comunidade.

Mas vêm capturando, em prejuízo das Escolas, uma fatia cada vez maior de meios financeiros e de recursos humanos.

Este indesejável fenómeno vem sendo acompanhado, por outro lado, pela intromissão[49] dos serviços centrais da presidência em áreas, matérias e campos legal e funcionalmente reservados à competência das Escolas e de seus órgãos de governo.

As relações e parcerias externas[50], a internacionalização, a comunicação e o marketing e o quadro normativo das prestações de serviços constituem exemplos bastantes desta prática malsã.

Propomo-nos, assim, devolver às Escolas a totalidade da sua autonomia no que diz respeito às descritas estratégias de internacionalização, de celebração de parcerias externas, de desenho e conceção de serviços a prestar à comunidade[51] e, ainda, de definição de políticas de marketing e de comunicação[52].

Nestas matérias, em especial, o funcionamento do Politécnico de Coimbra deve ser o mais descentralizado possível: a presidência deve ter um papel subsidiário, apenas devendo ter

---

[49] Intromissão muitas vezes "legitimada" por supostas exigências técnicas de plataformas informáticas de conceção central. O sistema interno de gestão da qualidade - SIGQ ou o Nónio, cuja introdução saudamos, reconhecendo o salto qualitativo que podem representar em termos de eficiência da gestão, transportam, discretamente, alguns desses "cavalos de tróia" que fagocitam as competências legais e a autonomia de gestão das Escolas.

[50] Proporemos revisão estatutária de modo a devolver às Escolas, também formalmente, a liberdade de outorgar com entidades terceiras.

[51] Proporemos às instâncias legislativas, para este fim, a clarificação da redação da alínea j) do nº 3 e do nº 4 do artigo 34.º- A, do Estatuto da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico - ECPDESP, referente ao regime de dedicação exclusiva.

[52] São as Escolas, não os serviços da presidência, nem a singular "persona" do Presidente que devem ter o essencial da projeção da imagem pública.

intervenção como "facilitadora" [53] do trabalho das seis Escolas, de modo a permitir a otimização da autonomia, da liberdade e da eficiência de gestão[54] de todas elas.

Recuperarão assim as Escolas, além das descritas competências, pelo consequente "emagrecimento" [55] funcional e orçamental dos serviços centrais, os meios financeiros, os recursos humanos e a visibilidade pública de que tanto carecem para a realização plena da sua missão.

2.4 Desburocratização, transparência e bem-estar. O campus único.

A sociedade da informação, fundada no alucinante desenvolvimento das tecnologias digitais, se tem permitido relevantes ganhos de eficiência procedimental, não tem, contudo, até ao momento, cumprido as promessas de libertação da existência humana dos pesados fardos da (ir)racionalidade burocrática da época tecnocientífica[56].

Reconhecendo, de modo pleno, o salto de gestão representado pela construção, no mandato que termina, de um *sistema interno de gestão da qualidade*[57], não podemos deixar de apontar o peso dessa construção e de alguns correlativos pesadelos na sua utilização.

Bem sabemos que o mal burocrático tem origem em outras paragens, o RJIES, desde logo, e o quadro e práticas da avaliação e da acreditação dos cursos, por outro lado.

---

[53] A presidência do Politécnico de Coimbra tem de ser, essencialmente, um instrumento de apoio qualificado às suas Escolas e Institutos.

[54] O suprimento da ausência de personalidade jurídica das Escolas, constituindo esta um instrumento de gestão fundamental no que toca, sobretudo, à prestação de serviços à comunidade, alcançar-se-á pela constituição, pela Presidência do Politécnico de sociedades comerciais, v.g., unipessoais, com o compromisso de designação, para os órgãos de direção, das personalidades indicadas pelas Presidências das Escolas. Proporemos às instâncias legislativas, em todo o caso, alteração do RJIES, no sentido de atribuição de personalidade jurídica própria às Escolas e Institutos do ensino superior público.

[55] O emagrecimento orçamental dos serviços da presidência alcançar-se-á, também, pela internalização de alguns serviços, como, v.g., os serviços jurídicos.

[56] A centenária profecia de Max Weber, do triunfo, no século XX, de uma racionalidade burocrática, vem-se convertendo, no século XXI, na era do digital, de modo paradoxal, em autêntica maldição.

[57] E deixando de lado, por ora, uma reflexão crítica sobre a filosofia utilitarista-produtivista e sobre a natureza formal-quantitativa imanente à exigência de tais sistemas.

E assim, agarrado na infernal máquina de longas e repetitivas tarefas burocráticas, desmultiplicado por mil e uma disciplinas e sufocado por cargas horárias que o levam à fronteira da exaustão e do *burn out*, falece ao corpo docente o tempo, esse bem sempre breve, para a serena, lenta e demorada reflexão, condição antiga, inultrapassada e inultrapassável, da real e material qualidade do pensar, do estudar, do descobrir, do investigar[58].

Mas, como vimos, são outros, hoje, os tempos e o tempo do ensino superior.

O que não significa que, sempre que possível, não se possa ser a "formiga no carreiro" indo em sentido contrário, dita e cantada por Zeca Afonso.

Donde, de modo ponderado, o libertar o sistema interno de gestão da qualidade - SIGQ de desnecessárias gangas, lastros e gorduras se torne um imperativo para recuperar algum do bem-estar de um tempo quase perdido.[59]

Donde, com respeito estrito das competências dos órgãos de governo das Escola, a emanação de recomendações e orientações pedagógico-científicas tendentes a uma diminuição das cargas letivas, a uma estabilização das disciplinas lecionadas e a uma real desburocratização dos processos e procedimentos académicos e pedagógicos.

Padecem do mesmo mal os sistemas legais de *avaliação do desempenho*. Aí, sendo estreita a margem de ação, buscaremos, como mínimo, em homenagem aos valores da igualdade e da transparência, a definição de critérios e princípios comuns de aplicação geral ao universo de professores e funcionários de todas as Escolas da instituição, de modo a lograr a padronização possível das concretas regras avaliativas.

O mesmo se diga quanto ao caso das *carreiras profissionais*. A definição de regras claras, objetivas e pré-existentes, aplicáveis a todo o universo do Politécnico de Coimbra, acompanhadas pelo estabelecimento, de forma transparente, das condições materiais,

---

[58] Não ignoramos as causas orçamentais que, após a crise económica de 2010, levaram, pela imposição de regras draconianas na gestão de pessoas, ao descrito *burn out* do corpo docente. E, no entanto, continua-se a exigir a docentes levados à fronteira da exaustão o tempo, e a saúde, para trabalhos de investigação...

[59] O mesmo acontecerá com o Nónio, e sistemas similares.

funcionais e procedimentais necessárias para a progressão na carreira e para a estabilidade no trabalho, e, também, para a excelência pedagógica, académica e científica, constituirão a pedra de toque da harmonização das motivações pessoais e do cumprimento das expectativas legítimas.

Apenas desse modo se alcançará construir, no Politécnico de Coimbra, uma real comunidade de pertença e de destino.

Sendo que, por outro lado, tal comunidade de bem-estar supõe, e exige, de igual modo, permanente e continuado cuidado e *investimento no conforto e na qualidade dos espaços físicos e dos equipamentos* de todas e de cada uma das Escolas.

E supõe o ousar, sem o qual as utopias realizáveis não se concretizam. Como a utopia, plenamente concretizável, de um *campus académico único em Bencanta*, para as Escolas e Institutos de Coimbra. E a de *novas instalações em Oliveira do Hospital*, para que a ESTGOH possa cumprir o seu ideal: ser a *Escola da Serra* do Politécnico de Coimbra. E a do acordar definitivo da *Escola do Mar*, na Figueira da Foz, tornando o curso do Mondego, da nascente à foz, a corrente vital da própria instituição.

Utopias realizáveis que implicam, necessariamente, uma intervenção ativa e uma presença real junto do Ministério do Ensino Superior e do Ministério das Finanças, bem como junto do Poder Autárquico envolvido, único modo de ultrapassar o crónico estrangulamento financeiro de que padece todo um ensino superior[60] decaído em bem semi-público.

2.5 O problema da investigação.

Todas as sociedades humanas, em todos os tempos, são sociedades do conhecimento. Em todas as sociedades humanas, mais civilizadas e menos civilizadas, a educação, formal e informal, institucional e espontânea, tem como vocação final a difusão de conhecimento e de

[60] Para estes fins, e para suportar outros projetos e parcerias das seis Escolas, criar-se-á uma solução específica, externalizada, sem custos para o Politécnico, de busca e identificação de fontes e oportunidades alternativas de financiamento, nomeadamente verbas de fundos europeus.

conhecimentos, de saber e de saberes, em ordem a transmudá-los em ideias novas, em inovações organizacionais, em aplicações técnicas e tecnológicas.

A sociedade produtivista deste tempo líquido e detergente,[61] impõe a submissão do ensino superior, e da sua investigação, ao jugo dos mercados, que, como é sabido, não abundam em misericórdia.[62]

Isto dito, o Politécnico de Coimbra, que possui, como jóia rara da sua coroa, nesta sede, o CERNAS – Centro de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade, unidade de investigação reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, não pode deixar de apostar na investigação e desenvolvimento como fator nuclear para a sua afirmação simbólica.[63]

Como ações especificas a desenvolver, indicamos:

a) a aposta na formação de novas Unidades de Investigação e Desenvolvimento reconhecidas pela FCT, com base nos Laboratórios de I&D formados no seio das Escolas[64].
b) a aposta na captação de talento, ou, pelo menos, na fixação de algum do talento formado Politécnico de Coimbra.
c) o apoio à participação em redes, nacionais e internacionais, de forma a que os investigadores do Politécnico ganhem reputação e uma rede de contactos.
d) a construção de parcerias com as universidades europeias de referência, para a formação avançada de quadros e a construção de redes de I&D, de modo a galgar alguns degraus na afirmação internacional em termos de qualidade da investigação.
e) O fortalecimento da transferência para o tecido empresarial do saber criado no Politécnico de Coimbra, através de parcerias destinadas a testar ao nível do piloto, ou da escala real, a aplicação de conhecimento.

---

[61] Na leitura de Bauman e de Ruy Belo, que é a nossa.

[62] Como bem nota Luís Filipe Castro Mendes.

[63] Não deixando de registar, de novo, não cometer o RJIES, verdadeiramente, essa tarefa às escolas politécnicas.

[64] Não podemos, nesta sede, deixar de reconhecer o mérito e a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Investigação Aplicada -i2A, unidade orgânica de investigação do Politécnico de Coimbra.

f) O desenvolvimento de novas abordagens para ultrapassar o hiato entre a criação de conhecimento e a produção de valor, um dos principais problemas da investigação europeia, utilizando, para tal, as infraestruturas regionais de incubadoras de empresas, e promovendo entre o Politécnico de Coimbra e as *start ups* incubadas políticas de captação conjunta de financiamento.

2.6 Uma internacionalização inteligente.

As políticas e as estratégias de internacionalização constituem, para nós, matéria reservada ao agir de cada Escola, em homenagem à repartição de competências resultante do apontado critério da subsidiariedade.

Neste ponto, como nos demais submetidos ao crivo de tal critério, o papel dos serviços da Presidência é o de facilitador dos trabalhos, tarefas, projetos, iniciativas e atividades pensados ou colocados em marcha por cada Escola, com o fim de captar novos públicos, no exercício incondicionado da respetiva autonomia de gestão.

Tal não significa, como é evidente, que não possamos propor, como propomos, linhas de ação nesta sede, conscientes da imprevisibilidade do tempo histórico corrente, era de pandemia, de Brexit, de populismos nacionalistas, de melancolia democrática, de novas guerras frias.

Afigura-se-nos, por razões de afinidade histórica e cultural, de identidade linguística e de ligação sentimental, territorial e familiar, dever ser o universo dos países e territórios de língua portuguesa, bem como o universo dos jovens luso descendentes da diáspora portuguesa, em especial na Europa[65], o objeto privilegiado das políticas e estratégias de busca internacional de alunos.

Razões idênticas justificarão, na nossa perspetiva, uma atenção especial ao universo dos países latino-americanos, com relação sempre ambígua face ao antigo colonizador espanhol.[66]

---

[65] Por força do efeito, e das oportunidades "Bolonha". Ainda assim, não é de negligenciar a busca de alunos luso descendentes da diáspora norte-americana.

[66] Emulando o que, cada vez menos, é certo, muito por força do extraordinário trabalho levado a cabo pela Universidade de Coimbra, acontece nas relações Brasil-Portugal.

Como justificam, de modo redobrado, o entretecer apertado de laços com as instituições de ensino superior de Goa e de Macau, privilegiadas portas de acesso, ademais, da Índia e da China.

Uma última palavra para a *vexata quaestio* das propinas a pagar pelos estudantes internacionais.

Entendemos, sem margem para dúvida, resultar do artigo 13º nº 2 da Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio genérico da igualdade e a proibição de discriminação em razão de território de origem, deverem os estudantes internacionais pagar a mesma propina dos estudantes nacionais.

Não o defendemos apenas por considerações de natureza ético-jurídica.[67] Na verdade, um procedimento e uma política dessa natureza, no nosso entendimento, podem constituir decisiva vantagem comparativa na captação desses alunos,[68] e, em consequência, instituir no Politécnico de Coimbra um cosmopolitismo alargado e duradouro.

3. Sentido de uma aventura.

Nesta aventura, move-nos, em síntese, uma visão personalista da instituição, concebendo-a como um espaço de liberdade, de solicitude, de subsidiariedade e de responsabilidade, apto a permitir e a potenciar o livre desenvolvimento das personalidades, das capacidades, das competências e dos saberes de todos aqueles – docentes, funcionários e alunos – para quem o quotidiano nas Escolas é um lugar existencial.

Recusamos, em absoluto, uma visão empresarial da instituição e das Escolas que a integram: o Politécnico de Coimbra não é uma empresa mercantil, embora, muito naturalmente, critérios de rigor e de eficiência económico-financeira constituam indeclináveis, mas instrumentais, imperativos de gestão.

---

[67] Que nos seriam bastantes, em todo o caso.

[68] Ainda assim, com destinos bem mais atrativos em matéria de propinas, como a Suécia, que oferece ensino superior gratuito a cidadãos suecos, europeus e não comunitários, alcançando, desse modo, atrair as futuras elites africanas, por exemplo, e, desse modo, conseguir aí manter uma influência política e económica relevante.

Procuraremos, em homenagem a esta matriz personalista, instituir um novo paradigma interno e externo, projetado em todas as Escolas, vendo o Politécnico de Coimbra como um todo orgânico ordenado a um conjunto de finalidades comuns, como a de projetar na comunidade, pelo reconhecimento da excelência do ensino ministrado, da investigação desenvolvida, e dos cuidados e serviços prestados, uma imagem pública de qualidade académica de todas e de cada uma das Escolas.

Procuraremos construir uma gestão (a) *descentralizada*, com ampla devolução de competências, de funções e de tarefas às Presidências e aos órgãos de governo das Escolas; (b) *desburocratizada, de proximidade* e de rosto humano, conjugando a irredutível fisicalidade da presença e do encontro com as virtualidades positivas, e apenas essas, postas pelas tecnologias e sistemas de informação; (c) *partilhada*, chamando e colocando ao serviço das Escolas as competências e os saberes de todos aqueles – docentes, funcionários, alunos e comunidade externa – que lhes dão corpo; (d) *consensualizada*, em permanente e fecundo diálogo e cooperação com todos os órgãos de governo das Escolas, assumindo plena e integralmente as competências legalmente atribuídas ao cargo, mas, de igual modo, respeitando escrupulosamente as atribuições legais de tais órgãos; e (e) *socializada*, projetada para a comunidade e para o mundo, em interação permanente com o universo empresarial e sindical, com instituições públicas e privadas, com ordens profissionais e associações sociais, num imenso horizonte de parcerias, de redes e de laços de recíproco benefício.

Sabemos do papel do Ensino Superior [69] como instrumento de socialização de valores produtivistas, utilitaristas e mercantilistas; sabemos que, nessa medida, o Ensino Superior constitui, por excelência, um aparelho ideológico do Estado, no sentido com que *Louis Althusser* cunhou o termo, na construção e na reprodução de tais valores materialistas estruturantes das contemporâneas sociedades do inumano.

Cara Senhora Presidente do Conselho Geral,
Caros membros do Conselho Geral:

É esta a visão, também ideológica, para a gestão do Politécnico de Coimbra que, de modo claro, vos proponho. Visão humanista. Visão plural.

---

[69] Em particular, pelo discurso "legitimador" da neutralidade científica dos programas disciplinares.

Ela não substitui uma persistência sem fim na inegociável exigência da qualidade e excelência dos conteúdos ministrados, da investigação desenvolvida e dos serviços prestados. Mas soma a essa exigência, instrumental, uma outra, final: a de uma instituição ancorada no humano e na realização dos valores do humanismo.

Coimbra, 21 de abril de 2021

O Candidato

Manuel Castelo Branco